

# Mais acordo e menos processos para o DF

Samanta Sallum  
Da equipe do Correio

**U**ma manicure, um policial militar, um arquivista e uma auxiliar de administração. Todos moradores da Ceilândia e unidos pela mesma missão. A partir de março, vão assumir um trabalho até então restrito aos gabinetes fechados do Fórum da cidade. Eles vão atuar na mediação de conflitos, como representantes oficiais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF).

Os quatro foram capacitados para promover acordos e, assim, evitar que desentendimentos do dia-a-dia se transformem em arrastados processos judiciais. E isso vai ser feito nas ruas ou entre uma xícara de café e outra na casa do vizinho.

O projeto é inédito no país e vai contar com a participação do Ministério da Justiça, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Universidade de Brasília (UnB), do Ministério Público do Distrito Federal e Defensoria Pública.

Silvina, Vieira, Cláudia e Nivaldo estão entre os 30 agentes

comunitários recém-formados pelo TJDF para trabalhar no projeto Justiça Comunitária. Com o novo serviço oferecido à população, o Tribunal espera diminuir o grande número de processos que todos os dias são ajuizados.

Em muitos casos, tais processos poderiam ter sido resolvidos com uma simples mediação, uma conversa apaziguadora. A prova disso é a expressiva quantidade de acordos realizados pelo Juizado Itinerante (ônibus do Tribunal que percorre a periferia do DF). Do total de audiências, 85% terminaram em acordos.

Dos 414 processos resolvidos pelo Juizado Itinerante, entre abril de 1999 e maio de 2000, 353 foram extintos sem a necessidade de uma sentença do juiz. Com base nesse resultado, o Tribunal apostou que é possível resolver problemas antes que se transformem em ações judiciais.

Brigas de vizinhos, pedidos de pensão alimentícia, ameaça de despejo e violação dos direitos do consumidor são os casos em que os agentes comunitários po-

derão atuar. São conflitos de pequenas causas, avaliados no máximo em 40 salários mínimos.

“O projeto vai funcionar como uma Justiça preventiva. Os agentes comunitários vão tentar apontar a solução para o problema antes que vire briga judicial. Se não for possível, vão encaminhá-los ao Tribunal”, explica o presidente do TJDF, desembargador Edmundo Minervino Dias.

A experiência piloto da Justiça Comunitária começa a partir de março e vai atender, por enquanto, Ceilândia. A cidade foi escolhida por registrar grande número de processos ajuizados todos os meses no Fórum — a média é de 1.100 — e por ser uma região que já registra iniciativas comunitárias. O Tribunal tomou como referência estudo da Universidade de Brasília, que revelou que a população da Ceilândia tende a se unir em defesa da comunidade.

## SOLUÇÃO

**“Q**ueremos estimular esse sentimento de solidariedade entre os moradores, os laços entre a

vizinhança. É melhor resolver um problema com a ajuda de um conhecido da comunidade do que apelar para um juiz”, avalia o desembargador. “Nosso objetivo é despertar no cidadão comum a consciência de que ele é capaz de construir a solução do seu próprio problema, sem ter de recorrer logo à Justiça”, reforça.

Os agentes comunitários que vão trabalhar no projeto passaram por um curso de formação e tiveram de realizar provas oral e escrita. Receberam aulas sobre direito das minorias, de moradia, de família e do consumidor. Cada agente vai atuar na região onde mora. O projeto vai ter sede no espaço comunitário do Fórum da Ceilândia. A equipe que vai auxiliar o trabalho dos agentes contará com psicólogo, defensor público e promotor.

## SERVIÇO

Informações, a partir de fevereiro, na Secretaria do Projeto Justiça Comunitária. Telefone: 343-7942

Nehil Hamilton 17.01.01



SILVINA (D), CLÁUDIA, NIVALDO E ELIVALDO (E): ESPECIALISTAS EM BUSCAR SOLUÇÃO PARA CONFLITOS E NÃO SOBRECARREGAR A JUSTIÇA

# Habilidade para negociar

Os quatro já passaram por

situações difíceis e tiveram de usar muita habilidade para contornar conflitos e situações perigosas. Já são conhecidos da vizinhança, que corre naturalmente a eles para resolver problemas. O arquivista Nivaldo, com sua conversa mansa, já conseguiu até se livrar da ameaça de um homem armado.

Um dos selecionados para trabalhar no Projeto Justiça Comunitária, Nivaldo Guedes da Silva, 32 anos, que é funcionário do Ministério da Educação, sempre realizou trabalhos comunitários. Mas foi na época em que era corretor de imóveis que passou por apuros e começou a perceber que tinha jeito para “catequizar”. Um dia, bateu na porta de uma casa no Recanto das Emaçá e foi recebido por um homem armado. Era o irritado filho da dona da casa, que não queria que a mãe vendesse o imóvel.

“Ele estava com raiva, porque

não queria se mudar do local. Apontou a arma para mim. Mas com jeitinho consegui acalmar o rapaz. Mostrei que aquela reação não iria ajudá-lo em nada”, lembra.

Nivaldo quer, agora, ajudar a buscar soluções para o problema da comunidade e, principalmente, prestar esclarecimentos. “Por não entender a burocracia da Justiça, muitas pessoas, geralmente as mais humildes, ficam descrentes e acabam se isolando. Desistem de lutar pelos seus direitos”, explica Nivaldo.

## BEM DE TODOS

**A** manicure Silvina da Conceição Araújo, de 25 anos, reforça: “Tudo depende da forma como encaramos o problema. Sempre é possível achar uma solução que atenda ao bem de todos”, defende. Ela foi a primeira colocada entre os 60 candidatos na seleção para agentes comunitários.

Silvina já enfrentou situações difíceis para ajudar a re-

solver problemas dos vizinhos, como o caso de um jovem envolvido com drogas que tinham conflitos com a família e perturbava a vizinhança. Apaixonada pelas leis, fez estágio no Ministério Público e sempre devorou os livros de Direito na biblioteca do trabalho. O sonho era fazer vestibular, para um dia ser advogada.

Sem condições de entrar na universidade, mãe de dois filhos, e tendo de trabalhar como manicure para ajudar na renda de casa, Silvina espera ansiosa o início do projeto Justiça Comunitária. “Vamos fazer desse projeto um sucesso”, apostou.

## DIÁLOGO

**O**soldado da PM Elivaldo Vieira Barbosa, de 36 anos, casado e pai de uma menina, é outro velho conhecido da vizinhança, na Ceilândia. Até para apartar briga de casal já foi chamado. “O marido estava ameaçando bater na esposa. Cheguei lá e consegui acalma-

los, depois de muita conversa. Quando saí, já estavam se abraçando”, lembra o policial. Evangélico, Vieira faz questão de se distanciar da imagem truculenta dos policiais. “O policial não é só aquele que chega atirando, gritando e prendendo as pessoas. Nós podemos resolver muitos problemas com diálogo”, reforça.

“Tranqüilidade. Primeiro, a gente conversa com um, depois com o outro e depois com os dois juntos.” Esta é a receita da auxiliar de administração Cláudia Almeida Teixeira, 35 anos, que começou a mediar conflitos entre casais da própria família. Também sempre esteve disposta a aconselhar os vizinhos. “O problema é que as pessoas são desinformadas. Não têm consciência de seus direitos. Vamos levar informação a elas, o que é muito importante”, diz Cláudia, que também trabalha numa ONG de Defesa dos Direitos da Mulher.